



Boletim Médico

Ano IV - Nº 25 - Junho de 2012 - INFORMATIVO DAS ENTIDADES MÉDICAS DO ESTADO DO PIAUÍ

Impresso Especial
9912162037 - DR/PI
Sindicato dos Médicos do
Estado do Piauí
CORREIOS



AMBULAT
Gov. Dirceu Mendes



GREVE DOS MÉDICOS É CONSIDERADA LEGAL

P. 3



EDITORIAL

MOMENTO HISTÓRICO

O trabalho médico é e sempre será importante para a qualidade de vida do ser humano. A constatação atual do aumento na expectativa de vida do homem é uma das evidências disto. Reputar para si a única autoria deste feito seria por demais presunçoso para o médico. Todos os profissionais da área de saúde têm valiosa parcela de participação no contexto, bem como o progresso, a tecnologia e todos os benefícios que a vida moderna nos proporciona. Mesmo assim a Medicina é fundamental.

Nas últimas décadas, a remuneração do trabalho médico por entidades públicas do poder executivo, nas três esferas, municipal, estadual e federal, sofreu um processo de intensa desvalorização. Restou ao médico, para permanecer com a renda dentro de níveis compatíveis com a sua capacitação: aumento da produtividade, carga de trabalho excessiva e múltiplos empregos. Ainda assim, continua com respeitáveis índices de credibilidade junto à população, sem falar na

“As entidades médicas do nosso Estado, estão em campanha para a implantação do piso nacional que a Federação Nacional dos Médicos recomenda. A união da categoria, observada nas várias lutas dos últimos dez anos, não deixa dúvida de que seremos, mais uma vez, vitoriosos”.

tempo para atividades comuns a todos os cidadãos, como lazer, família, estudo e uma aposentadoria digna.



SALUSTIANO MOURA, presidente da Associação Piauiense de Medicina, Aspimed

elevada concorrência em concursos vestibulares para ingresso nas faculdades.

As entidades médicas do nosso Estado, estão em campanha para a implantação do piso nacional que a Federação Nacional dos Médicos recomenda. A união da categoria, observada nas várias lutas dos últimos dez anos, não deixa dúvida de que seremos, mais uma vez, vitoriosos. Entretanto, o processo de aperfeiçoamento profissional será contínuo e novas demandas surgirão desta nova relação de trabalho. Sem dúvida o principal beneficiado será o paciente que utiliza os serviços públicos de saúde e, por conseguinte, nós médicos, que teremos mais

Artigo

Os tribunais e as greves

ARNALDO BOSON PAES

Desembargador do TRT/PI

Diversos diagnósticos são realizados acerca da influência crescente que o Poder Judiciário exerce sobre a vida coletiva. O juiz francês Antoine Garapon, em *Les Gardiennes promises*, fala em “sociedade judicializada e despolitizada”, “democracia governada pelo direito”, “declínio da política e do crescimento do jurídico” e conclui que a “colonização do mundo pelo direito faz do Judiciário o último refúgio para a sociedade”.

Esse fenômeno indica que questões de grande repercussão social passaram a ser decididas pelos tribunais e nisso se inclui a judicialização das greves.

Diante dos movimentos grevistas, governos, empresas e entidades patronais elegeram os tribunais como espaço de pressão para deslegitimar e pôr fim às lutas dos trabalhadores por reconhecimento e concretização de direitos. A repressão às greves, que antes se fazia com o uso da força, inclusive policial, agora se dá por meio do falseamento do direito, da utilização arbitrária do processo e da manipulação dos tribunais.

Opera-se a transferência de conflitos sindicais para dentro dos tribunais, que passam a atuar como órgãos de asfixia de tensões sociais, políticas e jurídicas.

As decisões dos tribunais indicam a formação de uma mentalidade que considera a greve recurso último, medida extrema, uma transgressão, um mal que deve ser evitado. Concessão de interditos proibitórios para impedir a mobilização, fixação de níveis mínimos de funcionamento de serviços essenciais, estabelecimento de multas pesadas contra sindicatos e grevistas, determinação de corte de ponto e desconto nos salários, decretação de ilegalidade e imposição de imediato retorno ao trabalho são medidas usualmente adotadas para enfraquecer e abortar o exercício do direito de greve.

O resultado da migração dos conflitos coletivos do trabalho para dentro dos tribunais possui um efeito devastador. Os tribunais, ao invés de cumprirem



o papel estratégico e fundamental de salvaguarda dos direitos e garantias e de limitação dos poderes públicos e privados, converteram-se em palco em que sobressai o lamentável espetáculo da negação e da repressão do direito de greve. Configura-se nessa atuação espécie de ativismo judicial às avessas, impedindo que por meio da greve direitos possam ser construídos e efetivados.

Agindo assim, os tribunais ignoram que nas democracias a greve é, antes de tudo, um direito fundamental dos trabalhadores para a afirmação, a garantia e, sobretudo, a construção coletiva de direitos. Negam também que em uma sociedade aberta, plural e democrática, a construção e a reconstrução dos sentidos do direito e de sua efetividade, embora dependam também da atuação de órgãos públicos e entes privados, estão sujeitas especialmente à constante articulação de contrapoderes democráticos, políticos e sociais.

Nesse contexto, sendo os direitos resultados de práticas e dinâmicas de lutas, nas democracias a greve é o meio legítimo para alcançá-los, daí par que cabe aos tribunais o cumprimento do dever de proteção ao direito fundamental de greve dos trabalhadores, potencializando seu pleno e efetivo exercício e fortalecendo a própria negociação coletiva. Esta perspectiva, além de estimular o diálogo social, contribui para a construção de uma sociedade com mais democracia e melhores direitos.

Expediente

PROJETO GRÁFICO | Time Propaganda
JORNALISTAS RESPONSÁVEIS |

REDAÇÃO E EDIÇÃO | Lourdes Pereira

COLABORAÇÃO | Meirelaine Freitas - DRT 1081-PI
DIAGRAMAÇÃO | Tatiana de França - DFT 1121-PI

DIRETORIA DO SIMEPI TRIÊNIO 2010/2013

1. Presidente: LUCIA MARIA DE SOUSA AGUIAR DOS SANTOS
2. Vice: EMANUEL AUGUSTO DE CARVALHO PONTES
3. Tesoureiro: RENATO SOARES LEAL
4. Secretário: LEONARDO EULALIO DE ARAUJO LIMA
5. Conselho Fiscal: JOSEMAR CARVALHEIRO LIMA

6. Conselho Fiscal: JOSÉ WILSON RODRIGUES
7. Conselho Fiscal: HORÁCIO RIBEIRO DA SILVA
8. Suplente Conselho Fiscal: VALDEMIRA TEIXEIRA DE ANDRADE
9. Suplente Conselho Fiscal: JOEL CAMPES NETO
10. Suplente Conselho Fiscal: GILVAN DE JESUS LIMA MALTA

11. Delegado junto a FENAM: MIGUEL AUGUSTO A. NOGUEIRA
12. Delegado junto a FENAM: LUCIA MARIA DO R. MEDEROS
13. Suplente Delegado: WILTON MENDES DA SILVA
14. Suplente Delegado: RAIMUNDO NOGUEIRA DE SA FILHO
15. Suplente Delegado: PATRICIA DALIA MEDEIROS

Médicos do Piauí entram na luta pela dignidade médica

busca de melhores condições de trabalho e por uma remuneração condizente com o ato médico, a categoria médica tem realizado intensa mobilização pelo Estado nos últimos nove meses. A partir de um trabalho conjunto, o Sindicato dos Médicos do Piauí (SIMEPI), Associação Piauiense de Medicina (ASPIMED) e Conselho Regional de Medicina (CRM-PI) promoveram diversas paralisações em prol da valorização da profissão.

O projeto de garantir o piso estabelecido pela Federação Nacional dos Médicos (FENAM) para os servidores ligados à Secretaria de Saúde do Estado (SESAPI) e Fundação Municipal de Saúde (FMS) teve início ainda no mês de agosto passado. A primeira paralisação ocorreu ainda nos dias 25, 26 e 27 de outubro. Dando continuidade ao movimento, foi realizada uma nova paralisação que se seguiu o dia 28 de novembro ao dia 2 de dezembro.

O ano de 2012 começou com força total e cheio de criatividade. No dia 14 de janeiro, um grande protesto solidário, realizado na Praça João Luís Ferreira, atraiu a atenção de toda a sociedade para a luta pela valorização do médico, mais recursos para a saúde, melhores condições de trabalho e qualidade no atendimento à população. Contudo, apesar das tentativas de sensibilização dos gestores, buscando sempre o diálogo, nenhuma proposta aceitável foi feita.

Assim, depois de realizada Assembleia Geral, a categoria decidiu cruzar os braços entre os dias 5 e 9 de março, com prorrogação até o dia 13, o que serviu para mostrar a situação precária em que os profissionais são obrigados a trabalhar. As denúncias feitas pelo



Parlamentares abrem espaço para discutir caos na Saúde Pública

Em Audiência Pública realizada no dia 29 de março na Sala de Comissão de Constituição e Justiça, da Assembleia Legislativa, médicos, deputados, governo e prefeitura debateram sobre a necessidade de melhoria salarial da categoria e a situação financeira e fiscal do Estado.

A audiência pública foi requerida pelo deputado Firmino Filho e abriu espaço para discutir a Saúde Pública do Estado. As entidades médicas expuseram aos parlamentares que sem a estruturação de uma carreira médica com a aplicação de um vencimento justo e digno não há a possibilidade de garantir um atendimento amplo e plural para a população.

A presidente do Simepi, Dra. Lúcia Santos falou do dia-a-dia do médico do sistema público de saúde e rebateu as justificativas dos representantes do Governo Estadual



Municipal de que o salário do médico foi reajustado recentemente. "A carreira médica não pode ser reduzida apenas ao cumprimento do horário. Precisamos salvar vidas e para isso necessitamos de melhores condições de trabalho. Além disso, tudo o que recebemos nos últimos anos são incorporações de benefícios que já recebíamos", aponta.

Entre os principais depoimentos da reunião está o Dr. Julio César Ayres, que falou da responsabilidade

do profissional médico. "O dia a dia do médico é sobrecarregado, não temos feriados, não temos fim de semana, nada! Sendo que o trabalho de um médico não é brincadeira, tem responsabilidades", desabafa.

Outros médicos também apontaram os constrangimentos que sofrem por conta da desvalorização da profissão no setor público, chegando ao ponto de tentar outra profissão com melhor remuneração para poder sobreviver.

SIMEPI repercutiram em diversos setores, desde a Câmara de Vereadores, Assembleia Legislativa até o Ministério Público Estadual, provocando também a realização de audiências públicas para discutir o assunto. Imagens divulgadas pelos médicos nas vitórias dos hospitais foram mostradas amplamente pela mídia, um retrato do descaso, abandono e caos da Saúde Pública no Piauí.

Ainda sem acordo, foram realizadas outras duas paralisações, uma de 15 dias, para médicos da SESAPI e FMS e outra de 3 dias, apenas para médicos do Estado. Neste período, apesar das tentativas dos gestores em tornar o movimento ilegal com ações judiciais, o Tribunal de Justiça do Estado do Piauí julgou, por fim, a legitimidade da greve em âmbito Estadual, viabilizando a continuidade do movimento, decisão que também poderá ser estendida à FMS, em resposta ao recurso movido pela assessoria jurídica do SIMEPI, que ainda aguarda julgamento.

Com intensa participação da classe, a categoria médica mostrou-se cada vez mais forte. A presença constante nas assembleias e manifestações é a prova de que todos estão unidos em busca de metas que apontam para a valorização da carreira médica no Piauí. "A categoria está unida e está mostrando a força que tem na sociedade e que também não pode ficar calada diante do descaso com a Saúde Pública no Estado", afirmou a Dra. Lúcia Santos.

Na última semana, o Governo do Estado ratificou seu compromisso com a categoria em relação ao reajuste salarial, cuja contra proposta deverá ser encaminhada em breve para avaliação da classe.

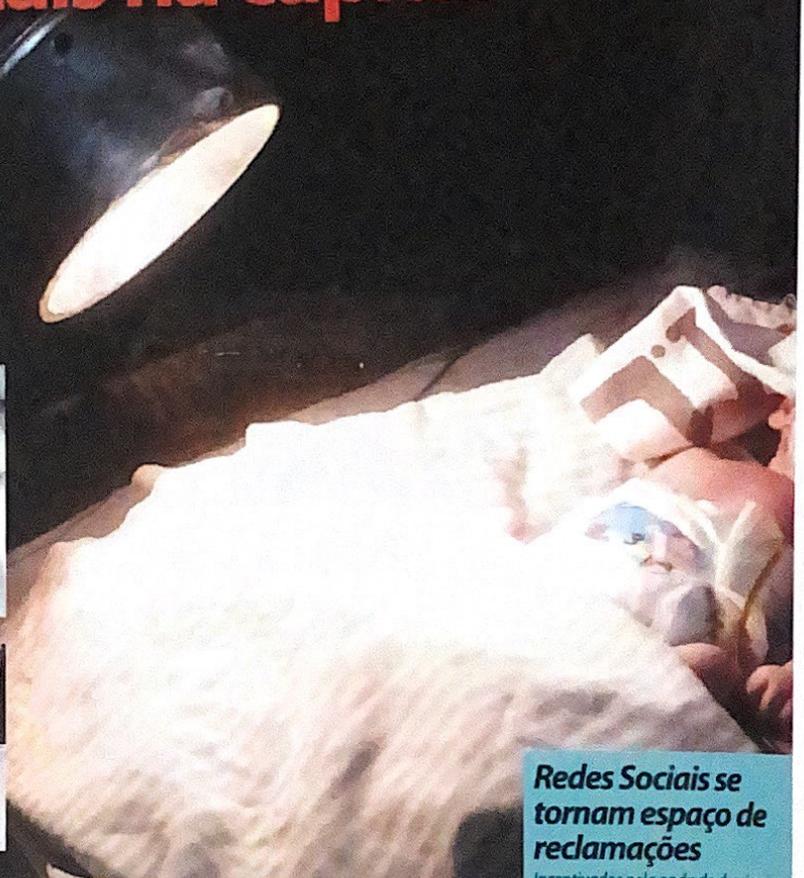
SIMEPI denuncia abandono de hospitais na capital

Quatro meses após a morte de um bebê, em novembro de 2011, devido a falhas em um dos respiradores do Hospital Infantil Lucídio Portela, o SIMEPI causou polêmica ao denunciar novamente a falta de estrutura do mesmo hospital. As denúncias partiram de uma comissão de médicos do Sindicato que vistoriou o local ainda no mês de março.

Fotos de algumas UTI's foram publicadas pela imprensa e revelaram o abandono em que se encontravam as instalações. Segundo o médico Samuel Régio, as enfermarias estavam com as portas arrancadas e os leitos sem colchões. "Na UTI não existe uma incubadora e o aquecimento é realizado com lâmpadas incandescentes que não proporcionam aquecimento eficaz, fazendo com que os recém-nascidos estejam sujeitos a morrer por hipotermia", alertou o médico, como mostra a foto ao lado.

As denúncias dos médicos

foram comentadas por toda a imprensa local e forçou a aceleração no processo de reforma do Hospital Infantil, que já dura mais de seis anos. Apesar disso, muita coisa ainda deve ser feita e a ação dos médicos foi fundamental para mostrar à sociedade alguns dos problemas que enfrenta a saúde pública no Estado.



Redes Sociais se tornam espaço de reclamações

Incentivados pela onda de denúncias contra o Hospital Infantil e Getúlio Vargas, outros médicos também tiraram fotos dos seus locais de trabalho. As imagens foram publicadas nas redes sociais juntamente com mensagens de repúdio contra as péssimas condições de trabalho.



Hospital Getúlio Vargas também é alvo de denúncias

Outro alvo de denúncias por parte dos médicos foi o Hospital Getúlio Vargas. De acordo com as fotos tiradas e distribuídas à população em forma de folheto, a situação de alguns Centros Cirúrgicos é de extrema gravidade.

São tomadas seguras por esparadrapo, aparelhos de ar condi-

cionado sem limpeza adequada. Até pedaço de madeira em decomposição é possível ser encontrado no local. "Nas fotos podemos ver a fiação exposta próxima a gases inflamáveis com alto risco de explosão. São essas as condições que colocam a vida de todos em risco no HGV.



Picos e Parnaíba se mobilizam pela causa médica

A desvalorização da Saúde Pública no Piauí tem afetado diretamente o trabalho do profissional médico. Baixos salários, infraestrutura precária, insegurança no local de trabalho são apenas algumas das inúmeras queixas feitas pelos médicos diariamente tanto em âmbito municipal quanto estadual.

A gravidade da situação levou ao limite cidades como Picos e Parnaíba, que depois de buscarem negociação com os gestores por vários meses, optaram por medidas mais rígidas, como a paralisação total de suas atividades, por cinco dias, guardando apenas os setores de urgência e emergência.

Sem acordo, após as diversas paralisações realizadas nos meses de março e abril, os médicos de Parnaíba decidiram novamente, em



Assembleia Geral, por decretar greve tempo indeterminado. Nesse período foram realizadas reuniões com o prefeito e uma audiência na Câmara de Vereadores daquela cidade. A mobilização durou 45 dias até que fosse determinada a suspensão da greve pelo Tribunal de Justiça do Estado do Piauí, no dia 31 de maio. O setor jurídico trabalha para recorrer da decisão.

O diretor Regional do Sindicato dos Médicos do Piauí (SIMEPI) em Parnaíba, Dr. Osvaldo Gomes, afirma que a mobilização atingiu todos os médicos vinculados à Prefeitura daquela cidade. "Nossos hospitais estão sucateados, nossos salários não dão uma condição de vida digna e queremos um Plano de Cargo, Carreira e Vencimento para todos os médicos. Com nossas reivindicações atendidas, certamente, a maior beneficiada será a população", afir-

ma.

Com a mesma determinação, os médicos de Picos também demonstraram seu apoio ao movimento em prol da dignidade médica. No município, além da falta de estrutura dos hospitais, os profissionais também reclamam da carência de profissionais e da sobrecarga de trabalho. A busca por negociações foi constante, mas como não houve propostas satisfatórias a categoria estuda a possibilidade de cruzar os braços novamente.

"O que se espera é que sejam feitos investimentos de uma maneira geral, não só com a melhoria do salário dos médicos, mas oferecendo toda uma estrutura para que realize um bom trabalho. Estamos trabalhando em um hospital em que a situação está precária", ressalta o diretor Regional do Sindicato em Picos, Dr. José Almeida.

PI se mobiliza para o Dia Nacional de Advertência aos Planos de Saúde

Aderindo a paralisação nacional realizada no dia 25 de abril, todos os médicos do Piauí conveniados aos planos de saúde suspenderam os atendimentos eletivos por 24 horas. Consultas, exames, cirurgias e outros procedimentos agendados foram suspensos. Os setores de urgência e emergência nos hospitais e pronto socorro não foram atingidos. Após a realização com o êxito do protesto, as enti-

dades nacionais passaram a orientar as Comissões Estaduais de Honorários Médicos a prosseguirem negociando com as operadoras de planos de saúde em nível local. Uma reunião ampliada está prevista para o mês de junho, com data e local ainda a serem definidos. Na oportunidade, será feito um balanço das conquistas e elaborado um cronograma de atividades para os próximos meses.

PRINCIPAIS REIVINDICAÇÕES

Reajuste de honorários

• Recuperar as perdas financeiras dos últimos anos, contemplando procedimentos e consultas.

Hierarquização

• Classificação Brasileira Hierarquizada de Procedimentos Médicos (CBHPM) como referência para o processo de hierarquização a ser instituído

por resolução normativa da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) – em curso na Câmara Técnica da ANS.

Legislação

• Apoio aos projetos de lei sobre reajuste dos honorários médicos (PL 6.964/10, que tramita na Comissão de Seguridade Social e Família da Câmara Federal).

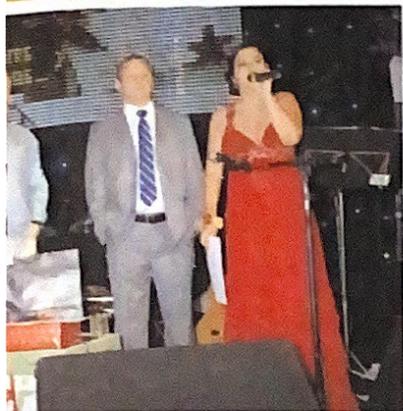
Contratos

• Inserção de critério de reajuste com índice definido e periodicidade de, no máximo, 12 meses.
• Inclusão de critérios de credenciamento, descredenciamento, glosas e outras situações que configuram interferência na autonomia do médico.
• Rediscussão da contratualização com a ANS (em curso).



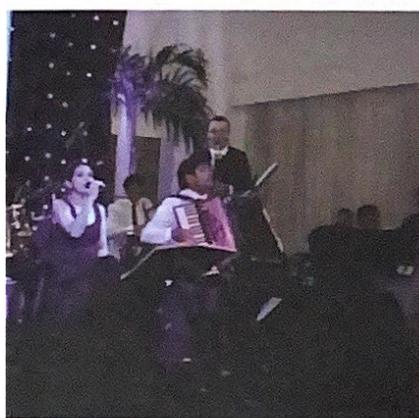
Para re

Sem dúvidas a comemoração do Dia do 2011, foi uma noite inesquecível. O evento c brado em grande estilo e reuniu centenas a encontros e diversão, a Cookie's Eventos fi E para relembrar esse dia especial o BOLET ca dos melhores mo



cordar!

Médico, realizada no dia 18 de outubro de 2011, que já se tornou tradição em Teresina foi celebrada por profissionais e seus familiares. Neste dia de festa, a cidade ficou pequena para tanto brilho e animação. O M MÉRICO preparou uma seleção fotográfica com os melhores momentos daquela noite.



QUANDO VOCÊ FAZ POR MERECEER,
A VIDA TE DÁ AS MELHORES OPÇÕES.

VISTE O
DECORADO E VIVA UMA
EXPERIÊNCIA INESQUECÍVEL!
Até Lindolfo Mourão, Fátima Florêncio!



LANÇAMENTO

130 m², 3 ou 4 suítes
Coberturas de 940 m²
2 ou 3 vagas de Garagem

COMPRE
E GANHE
COZINHA
FLORENSE



60%
VENDIDO
OBRAS EM
ANDAMENTO

188,171 ou 184 m²
2 ou 3 vagas de Garagem

COMPRE
E GANHE
COZINHA
FLORENSE



70%
VENDIDO

71 m² ou 68 m²
2 suítes
1 ou 2 vagas de Garagem

ALTO PADRÃO DE ACABAMENTO E PAISAGISMO

A Construtora Galib inova com três excelentes opções para Teresina. Em parceria com grandes nomes da arquitetura como João e Gustavo Almeida, lançou duas opções de puro requinte e bom gosto: o La Concorde Residências e o La Madeleine. E com projeto arquitetônico de João Alberto, apresenta o Horto Boulevard. Todos de altíssimo padrão de acabamento, tecnologicamente equipados. E com espaços bem pensados e planejados por um dos maiores escritórios de paisagismo do Brasil, do renomado arquiteto paisagístico Benedito Abbud, que fez um trabalho riquíssimo com muito verde e conforto. Tudo para tornar inesquecíveis cada um dos seus momentos.



JOÃO ALMEIDA e
GUSTAVO ALMEIDA
ARQUITETOS ASSOCIADOS



Incorporadora Construtora



INFORMAÇÕES 86 3232 7820 | 86 3233 0205



Direito & Processo

LÍLIAN ÉRICA RIBEIRO, Advogada, Esp. em Direito Constitucional pela Universidade Cândido Mendes - RJ

A ATUAÇÃO DOS PROFISSIONAIS MÉDICOS E AS METAS

No ano de 2011, a Secretaria de Saúde do Estado do Piauí elaborou as metas para um hospital estadual, cujos procedimentos médicos devem ser cumpridos por todos os profissionais. Após isso, o Ministério Público Estadual (MPE) emitiu recomendação administrativa em que o Diretor daquele hospital deve encaminhar relatório mensal com os procedimentos realizados por cada médico para averiguar o cumprimento dos números estabelecidos.

A partir de então, passou a ser divulgado na imprensa a abertura e o resultado dos processos administrativos disciplinares, que o hospital e a SESAPI deviam ter instaurado contra os médicos que não atingiram as metas, gerando injusto desconforto (entenda-se: ameaça).

O Sindicato dos Médicos tem buscado as autoridades envolvidas no caso para demonstrar que o (des)cumprimento das metas passa por uma discussão muito além da simples representação numérica.

Corriqueiramente os médicos se queixam que não tem como realizar um procedimento por falta de material imprescindível, de instrumentos esterilizados ou falta de recursos humanos (auxiliar médico, instrumentador, técnico ou auxiliar de enfermagem, etc.). Todos esses são fatores que afetam o cumprimento das metas e são alheios à vontade do médico, mas não estão sendo consideradas, colocando, assim, em xeque o desempenho funcional dos

médicos. Além disso, não estão sendo consideradas as complexidades de cada procedimento e as reações adversas possíveis no momento da cirurgia, que podem exigir mais ou menos tempo da equipe médica, e, consequentemente, influenciar no cômputo dos procedimentos.

Infelizmente, desse modo estão tomando a medicina em uma questão matemática em que se divide o tempo "suficiente" para cada paciente, situação que põe em risco a saúde dos pacientes. Medicina não é número; nem tão pouco número significa qualidade.

Assim, faz-se necessário alertar todos os profissionais a descrever no prontuário do paciente e/ou no livro de ocorrências os motivos pelos quais foram impedidos de realizar suas atividades e, inclusive, quando a cirurgia se realizou com o fornecimento do material pelo próprio médico para que o MPE tenha subsídios para cobrar a quem de direito o cumprimento de suas obrigações funcionais no exercício de um cargo ou função pública – seja o fornecimento de material ou de realização de concurso público para o preenchimento das vagas necessárias dos mais diversos cargos exigidos para o bom funcionamento de um hospital.

E, por outro lado, a classe poderá, retratando a realidade, formar elementos de defesa e justificar os fatos impeditivos de sua atuação, isentando cada um da culpa à qual estão tentando injustamente lhes atribuir.

OS EFEITOS DA MEDIDA PROVISÓRIA 568/2012

Muito se tem discutido acerca da Medida Provisória nº 568/2012, que dispõe sobre as mudanças nos vencimentos dos servidores federais.

Por se tratar de uma Medida Provisória cujos efeitos são imediatos, a classe médica começou a se mobilizar em torno de protesto quem tem o objetivo de sensibilizar os parlamentares e gestores acerca da necessidade de modificação da Medida, uma vez que o texto ainda será submetida ao Congresso Nacional e poderá perder sua eficácia se não for convertida em lei no prazo de 60 dias a partir da data da sua edição, prorrogável por igual prazo.

Dentre as modificações implementadas para os servidores federais (ativos, extensiva aos inativos e pensionistas), estão: a alteração dos planos de carreira, tabelas salariais e gratificações de diversas categorias; redução

das tabelas salariais em 50%; carga horária de 40h semanais sem ajuste de vencimento ou redução do vencimento para aqueles que optarem pelo regime de 20h; criação de Vantagem Pessoal Nominalmente Identificada (VPNI) para compensar a perda dos 50% – mas todos os reajustes por ventura concedidos à categoria futuramente serão descontados dessa VPNI, o que na prática significa congelamento do vencimento.

Pelo seu teor inconstitucional e pelas ilegalidades (ante a inobservância das peculiaridades da carreira médica) as entidades se mobilizam para conclamar modificações na lei e impedir a edição da lei. Ademais, caso siga o seu curso legislativo com aprovação, teme-se que estas modificações sejam estendidas – através de iniciativas do legislador de cada esfera – para o âmbito estadual e municipal.

HOMENAGEM

Políticos, mas antes de tudo médicos

A classe médica do estado do Piauí manifesta seu reconhecimento pela luta dos vereadores Dr. Luís Lobão e Dr. Pessoa, que tem se mostrado ativos e combatentes, tanto em favor da população que sofre com o abandono por parte do Poder Público como em benefício da dignidade da classe médica em todo o Piauí.

Presentes nas assembleias e manifestações organizadas pela classe, os caros colegas prestaram grande apoio aos rumos do movimento, com propostas, ponderações e reflexões a respeito dos temas debatidos. Além disso, sua presença em audiência com os gestores municipal e estadual foram importantes para abrir um canal de diálogo nesses setores.

Mais do que suas participações nos rumos seguidos pelas entidades médicas, os nobres vereadores foram de suma importância, através de suas representatividades na Câmara de Vereadores de Teresina, onde cercados por advogados, professores, engenheiros, esses dois médicos, com serenidade e destreza despertaram o olhar e atenção dos demais parlamentares para a situação em que se encontra a saúde pública atualmente, tanto em termos de estrutura como pela falta de profissionais suficientes para atender a demanda sempre crescente.

Que esses exemplos de zelo pela classe e dedicação pelo povo sejam sempre seguidos em todas as esferas da sociedade.



VEREADOR DR. PESSOA

“Faço parte dessa movimento porque sou livre nas minhas motivações. Como médico e como político sempre estarei ao lado das classes que lutam pela melhoria das condições de trabalho”.



VEREADOR DR. LUÍS LOBÃO

“Infelizmente todo e qualquer paralisação da classe médica penalisa, principalmente, a população mais carente. Torço pelo diálogo entre os gestores e a classe médica, com a finalidade de evitar futuras paralisações”.

CRM/PI faz vitorias em peças publicitárias

Busdoor



Outdoor



“O Conselho Regional de Medicina do Piauí, através da Comissão de Divulgação de Assuntos Médicos – CODAME, deu início às vitorias quanto ao cumprimento das novas regras de publicidade médica, estabelecidas pela Resolução nº 1974/2011. O documento começou a vigorar no dia 15 de fevereiro deste ano.

De acordo com o vice-presidente do CRM/PI e coordenador da CODAME, Júlio César Ayres Ferreira, a Comissão está verificando as peças publicitárias relacionadas aos serviços de médicos, de estabelecimentos e de instituições vinculadas ao exercício da medicina. “Antes de iniciar as vitorias fizemos uma ampla divulgação da resolução, através da imprensa local, do site do Conselho e também enviamos a cartilha editada pelo CFM para hospitais, clínicas e várias agências de publicidade. Agora, estamos observando se as empresas estão se

adequando aos novos critérios de divulgação”, explica.

Segundo ele, nos casos em que for observado o descumprimento da resolução, o diretor técnico da empresa será chamado, receberá orientação e assinará um Termo de Ajustamento de Conduta – TAC, reconhecendo o excesso e somente a partir daí haverá abertura de sindicância e processo.

Uma das exigências é que nos anúncios de clínicas, hospitais, casas de saúde, entidades de prestação de assistência médica e outras instituições de saúde devem sempre constar, o nome do diretor técnico e o número de sua inscrição no Conselho Regional Medicina, bem visível e colocado de acordo com as normas da resolução.

Em relação à norma anterior (Resolução CFM nº 1701, de 2003), o novo texto está mais detalhado sobre a proibição do uso de imagem de

pacientes e de representações visuais enganosas ou sedutoras, no intuito de sugerir que os resultados de determinado procedimento ou terapêutica são garantidos.

“Mostrar imagens de ‘antes e depois’ como forma de ilustrar o resultado de tratamentos, é vetado categoricamente. Mencionar métodos denominados ‘inovadores’, ‘melhor do mundo’, ‘o mais moderno’, batizados com o próprio nome e garantir que produtos vão gerar resultados milagrosos também são alguns dos exemplos do que é proibido”, esclarece Júlio César Ayres Ferreira, acrescentando que a entidade espera contar com o apoio integral da categoria.

Ele informa ainda que a resolução é uma forma de adequar a propaganda aos critérios legais e éticos indispensáveis para exercício da profissão. “por isso, precisamos do apoio de toda classe médica”.

Fóruns de Urgência e Emergência irão definir estratégias de atendimento

Em reunião, que aconteceu recentemente em Brasília/DF, os coordenadores das câmaras técnicas de urgência e emergência dos CRMs, sob a coordenação do Conselho Federal de Medicina, decidiram se articular para traçar o panorama nacional e um plano de ação para o setor.

Para tanto, as câmaras técnicas regionais irão realizar fóruns estaduais com o objetivo de discutir os problemas locais com os gestores, diretores de hospitais, médicos especialistas e demais interessados. “Durante o encontro, todos os representantes expuseram a realidade do setor em seu Estado. Na oportunidade, reforcei que para melhorar o atendimento às urgências será necessário melhorar a formação dos nossos profissionais, bem como sua condição de trabalho”, relata o coordenador da Câmara Técnica de Urgência e Emergência do CRM/PI, Gerardo Vasconcelos Mesquita.



Segundo ele, a ideia é provocar um ciclo de debates com estímulo à participação dos agentes locais e a partir daí elaborar diretrizes visando a melhoria dos serviços de atendimento de urgência e emergência. “Ainda não temos uma data definida, pois dependemos da agenda do coordenador nacional, mas pretendemos realizar um fórum no Piauí em agosto. E de já convidamos a todos os médi-

cos especialistas, bem como os gestores de hospitais públicos e privados”, convida o coordenador, acrescentando que a programação será definida juntamente com a coordenação do Conselho Federal “e o resultado dos debates estaduais será levado à pauta do evento nacional, com propostas de encaminhamento e estratégias para melhorado setor em todo o país”.

Além dos fóruns estaduais, organizados pelos CRMs, estão previstos dois fóruns regionais – Norte/Nordeste/Centro-Oeste, em Manaus, no dia 21 de setembro, e Sul/Sudeste, no Rio de Janeiro, em 17 de agosto. O fórum nacional, por sua vez, deve acontecer em Porto Alegre, no dia 23 de outubro.

CURSOS DE ATUALIZAÇÃO INICIAM EM AGOSTO

No segundo semestre deste ano, o Conselho Regional de Medicina do Piauí irá promover dois cursos de atualização, o V Curso de Urgência e Emergência Hospitalar e o II Curso de Pediatria.

Ambos estão programados para acontecer em cinco módulos, cada módulo em um final de semana por mês, sendo que, o curso de Urgência e Emergência ocorrerá na sexta à noite, no sábado e domingo, nos turnos da manhã e tarde, totalizando uma carga horária de 120 horas/aula. Já o curso de Pediatria será apenas aos sábados e domingos, de 8 as 12 horas e de 14 as 18 horas.

A previsão é que as aulas do curso de Urgência e Emergência Hospitalar iniciem no dia 24 de agosto e de Pediatria, no dia 25 do mesmo mês. Os interessados devem ficar atentos, pois as inscrições começarão no final de julho.

A coordenação dos cursos irá informar as datas, através do site www.crpmipi.com.br, e-mails e por correspondências.

Entidades Médicas buscam o apoio de outras categorias

Os representantes das entidades médicas (CRM/PI, SIMEPI e ASPIMED) estiveram reunidos com o presidente da OAB/PI, Sigifroid Filho, com a conselheira do CRO/PI, Carolina Tavares e membros do Sindicato dos Servidores em Saúde, Bartolomeu Gaspar e Elisabeth Duarte para planejar ações em busca de assinaturas de apoio ao projeto de lei de iniciativa popular.

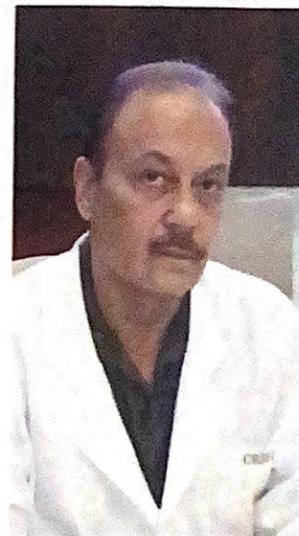
O objetivo é garantir tramitação do projeto que altera a Lei Complementar nº 141/12, que regulamentou a Emenda 29. O documento propõe o investimento de pelo menos 10% da receita corrente bruta da União na saúde. Além disso, propõe que os recursos sejam aplicados em conta vinculada, mantida em instituição financeira oficial, sob responsabilidade do gestor de saúde.

Na oportunidade, os participantes garantiram o apoio ao movimento e ficou acertada a divulgação junto a sua categoria, bem como a realização de uma campanha publicitária para informar toda a sociedade piauiense.

"A ideia é mostrar a importância da participação de todos os cidadãos brasileiros na luta em prol de uma saúde pública digna. Estamos planejando um grande evento para angariarmos assinaturas", diz o presidente do CRM/PI, Fernando Correia-Lima, informando que se trata de um Movimento Nacional em Defesa da Saúde Pública "esta mobilização está em busca de 1,5 milhão de assinaturas em apoio ao documento para que o projeto possa se configurar como de iniciativa popular".



REUNIÃO dos representantes das entidades médicas e outras categorias



DR. FERNANDO CORREIA LIMA

CONSELHO EDITORIAL DOS ANAIS RECEBE ARTIGOS CIENTÍFICOS

O Conselho Editorial da revista médica do Conselho Regional de Medicina do Piauí - Anais - está recebendo artigos científicos para edição do próximo volume da publicação, que deverá ser lançada em outubro deste ano.

Os médicos, professores, pes-

quisadores e alunos sob orientação de seus docentes, interessados em publicar os seus trabalhos devem entregá-lo na sede do CRM/PI ou enviá-lo para o e-mail anaiscrmpi@hotmail.com.

Segundo o editor e conselheiro, Alexandre Nogueira os traba-

lhos serão analisados pelo Conselho Editorial e, caso seja necessário, entrarão em contato com os autores para sugerir mudanças.

"Todos os artigos inscritos deverão ser submetidos à revisão dos editores, que irão avaliar a originalidade, a relevância do tema,

bem como o método utilizado. Mas estarão abertas a discutir os temas e sugerir alterações", assegura o editor, enfatizando que o objetivo da entidade em publicar a revista é incentivar os profissionais a realizar pesquisas e estudos que engrandecem a área médica

Conselhos de medicina lutam pela manutenção do Revalida

O Exame Nacional de Revalidação de Diplomas Médicos, de profissionais formados no exterior, foi um dos assuntos discutidos durante a última reunião entre os presidentes dos Conselhos Regionais e adiretoria do Conselho Federal de Medicina, em Brasília.

Segundo, o presidente do Conselho Regional de Medicina do Piauí - CRM/PI, Fernando Correia-Lima,

que participou do encontro, as entidades médicas lutam pela manutenção do exame, aplicado desde 2010, pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa Educacionais Anísio Teixeira (Inep), que é reconhecido pelo uso de critérios uniformes e transparentes na avaliação dos candidatos. "O assunto foi bastante discutido e na oportunidade elaboramos um documento que foi

enviado para o Governo Federal, onde destacamos os riscos que a má formação profissional pode trazer para a saúde da população brasileira. Daí, a necessidade da revalidação dos diplomas estrangeiros ser feita de forma criteriosa", ressalta.

Em conjunto os CRMs, publicaram uma nota de apoio ao Revalida, pedindo que o governo mantenha a aplicação do exame. Além disso, as

entidades nacionais solicitaram uma audiência com os ministros Alexandre Padilha (Saúde) e Aloizio Mercadante (Educação) para debater os temas de ensino médico.

Também participaram da assinatura de um manifesto elaborado por 17 países da América Latina, Caribe e Península Ibérica exigindo critérios transparentes para revalidação e estão apoiando o Projeto

de Lei 138/2012, apresentado pelo senador Paulo Davim (PV/RN) à Comissão de Assuntos Sociais do Senado e se aprovado, transforma o exame em Lei.

"Será uma grande conquista. Estaremos protegendo a qualidade da assistência em saúde com garantia de um atendimento feito por profissionais bem formados", ressalta o presidente do CRM/PI.

MURAL

ELEIÇÕES

FENOMED

A FENOMED OCORRIDA NO DIA 5 DE MAIO ELEGIU UMA NOVA CHAPA PARA O BIÊNIO 2012/2014. O SINDICATO DOS MÉDICOS DO PIAUÍ MARCA PRESENÇA NA CHAPA ELEITA COM O DR. VINÍCIUS PONTES DO NASCIMENTO, COMO VICE-PRESIDENTE DA FENAM NORDESTE E COM O DR. RENATO LEAL, QUE PASSA A OCUPAR O CARGO DE DIRETOR DE RELAÇÕES INSTITUCIONAIS.

AS PRINCIPAIS BANDEIRAS SÃO: A INDEPENDÊNCIA QUANTO A GOVERNOS, PARTIDOS POLÍTICOS, SISTEMA PRIVADO E PLANOS DE SAÚDE, INVESTIMENTO NOS SINDICATOS DE BASE PARA MELHORIAS NA SUA ORGANIZAÇÃO, INFRAESTRUTURA E ADEQUAÇÃO, LUTA PELA VALORIZAÇÃO DOS RECURSOS MÉDICOS DO SUS, COMO A DESPRECARIZAÇÃO DO SERVIÇO MÉDICO, CARRERA MÉDICA, PISO SALARIAL, REGULAMENTAÇÃO DA PROFISSÃO, REALIZAÇÃO DE CURSO PARA SERVIÇO PÚBLICO E MANUTENÇÃO DA APOSENTADORIA INTEGRAL E OUTROS.



DENTE DA FEDERAÇÃO NACIONAL DOS MÉDICOS (FENAM). GERALDO SUBSTITUIRÁ CID CARVALHAES, QUE ASSUMIU A ENTIDADE EM 2010. A NOVA DIRETORIA COMANDARÁ A ENTIDADE A PARTIR DE 1º DE JULHO, NO BIÊNIO 2012/2014. A PRESIDENTE DO SINDICATO DOS MÉDICOS DO PIAUÍ, DRA. LUCIA SANTOS FAZ PARTE DA CHAPA, OCUPANDO O CARGO DE DIRETORA DE FORMAÇÃO E RELAÇÕES SINDICAIS.

FENAM

DURANTE O XI CONGRESSO DA FENAM, QUE REUNIU REPRESENTANTES DOS 53 SINDICATOS MÉDICOS DO PAÍS, NA CIDADE DE NATAL, ENTRE OS DIAS 24 E 26 DE MAIO, O PRESIDENTE DO SINDICATO DOS MÉDICOS DO RIO GRANDE DO NORTE, GERALDO FERREIRA FILHO, FOI ELEITO NOVO PRESIDENTE DA FEDERAÇÃO NACIONAL DOS MÉDICOS (FENAM).

CAMPANHA DA FRATERNIDADE

COM O TEMA FRATERNIDADE E SAÚDE PÚBLICA, A CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL (CNBB) LANÇOU NO DIA 22 DE FEVEREIRO A 49ª CAMPANHA DA FRATERNIDADE, QUE PRETENDE SENSIBILIZAR OS FIÉIS SOBRE A SITUAÇÃO DAS PESSOAS QUE ENFRENTAM LONGAS FILAS DE ATENDIMENTO E FALTA DE VAGAS EM HOSPÍTAIS PÚBLICOS DO PAÍS. NO TEXTO-BASE DA CAMPANHA, A CNBB EXPÕE AS GRANDES PREOCUPAÇÕES DA IGREJA COM RELAÇÃO À SAÚDE PÚBLICA, COMO A HUMANIZAÇÃO DO ATENDIMENTO AOS PACIENTES E O FINANCIAMENTO DA SAÚDE PÚBLICA, CLASSIFICADO PELA CONFEDERAÇÃO, COMO "PROBLEMATICO E INSUFICIENTE". A ENTIDADE CRITICA AINDA A ESCASSEZ DE RECURSOS DESTINADOS AO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE (SUS).

NACIONAL

NO DIA 3 DE FEVEREIRO, A ASSOCIAÇÃO MÉDICA BRASILEIRA (AMB) LANÇOU O PROJETO DE LEI DE INICIATIVA POPULAR, QUE PROPÕE O INVESTIMENTO DE PELO MENOS 10% DA RECEITA CORRENTE BRUTA DA UNIÃO NA SAÚDE PÚBLICA. O PROJETO ALTERA A LEI COMPLEMENTAR Nº 141/12, QUE REGULAMENTOU A EMENDA CONSTITUCIONAL 29. O PROJETO PROPÕE AINDA A APLICAÇÃO DO DINHEIRO EM CONTA VINCULADO E MANTIDA EM INSTITUIÇÃO FINANCEIRA OFICIAL, SOB RESPONSABILIDADE DO GESTOR DE SAÚDE. A ENTIDADE ESTÁ ANGIARIANDO ASSINATURAS EM TODOS OS ESTADOS DO PAÍS. MAIS INFORMAÇÕES [HTTP://WWW.AMB.ORG.BR/T](http://www.amb.org.br/t)

AGENDA

● 14 DE JANEIRO – AÇÃO E PROTESTO NA PRAÇA JOÃO LUIS FERREIRA. PROTESTO SOLITÁRIO QUE ATRAIU MAIS DE MIL PESSOAS E BUSCOU CHAMAR A ATENÇÃO DO PODER PÚBLICO PARA O SUS (FOTO AO LADO).

● 7 DE FEVEREIRO – ASSEMBLEIA GERAL. MÉDICOS DECIDEM PARALISAR EM MARÇO POR CINCO DIAS.

● 17 DE FEVEREIRO – FENAM VISITA SIMEN PARA ORGANIZAR CONGRESSO NACIONAL.

● 22 DE FEVEREIRO – CNBB ESCOLHE SAÚDE PÚBLICA COMO TEMA DA CAMPANHA DA FRATERNIDADE.

● 5 A 13 DE MARÇO – PARALISAÇÃO DOS MÉDICOS VINCULADOS A FMS E SESAPL.

● 05 DE MARÇO – MANIFESTAÇÃO EM FRENTE AO AMBULATÓRIO DO HOSPITAL GETULIO VARGAS.

● 07 DE MARÇO – ASSEMBLEIA GERAL. MÉDICOS DECIDEM PROPRICIAR PARALISAÇÃO ATÉ O DIA 13 DE MARÇO.

● 08 DE MARÇO – MANIFESTAÇÃO EM FRENTE AO HOSPITAL LINUS AVALLIO.

● 20 DE MARÇO – ASSEMBLEIA GERAL. MÉDICOS DECIDEM PARALISAR POR 15 DIAS.

● 21 DE MARÇO – INÍCIO DA PARALISAÇÃO POR 15 DIAS.

● 27 DE MARÇO – SUSPENSÃO DA PARALISAÇÃO POR ORDEM JUDICIAL.

● 29 DE MARÇO – ASSEMBLEIA PÚBLICA NA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA PARA DISCUTIR AS REINDICAÇÕES DOS MÉDICOS/ REINÍCIO COM O DESEMBARGADOR EDIRAN LOPES.

● 03 DE ABRIL – ASSEMBLEIA GERAL – MÉDICOS DECIDEM POR MOVIMENTO LEGAL E ESPERAR RECURSO DA ASSESSORIA JURÍDICA CONTRA A DECISÃO JUDICIAL.



● 12 E 13 DE ABRIL – PRESIDENTE DO SIMEPI, DRA. LUCIA SANTOS PARTICIPA DE REUNIÃO DA DIRETORIA EXECUTIVA DA FENAM EM CURITIBA.

● 16 DE ABRIL – DECISÃO JUDICIAL CONDIÇÃO LEGÍTIMO O DIREITO DA CATEGORIA MÉDICA À GREVE.

● 17 DE ABRIL – ASSEMBLEIA GERAL – MÉDICOS DECIDEM PARALISAR POR TRÊS DIAS.

● 19 E 20 DE ABRIL – DIRIGENTES E JORNALISTAS DOS SINDICATOS SE REUNIRAM NO VII SEMINÁRIO MÉDICO MÓDIA EM SÃO PAULO COM FINS DE ALARGAR OS DEBATES SOBRE COMUNICAÇÃO E SAÚDE.

● 24 DE ABRIL – MÉDICOS INICIAM PARALISAÇÃO DE TRÊS DIAS.

● 25 DE ABRIL – MÉDICOS DO PIAUÍ SE REUNIRAM AO DIA DE ADVERTÊNCIA AOS PLANOS DE SAÚDE.

● 02 DE MAIO – MANIFESTAÇÃO EM FRENTE AO HOSPITAL GETULIO VARGAS (AV. PRES. SIMEN-FIM) COM REALIZAÇÃO DE AÇÃO SOCIAL.

● 08 DE MAIO – ASSEMBLEIA GERAL.

● 24 A 26 DE MAIO – XI CONGRESSO FENAM. EVENTO ELEGE NOVA DIRETORIA DA ENTIDADE.

● 12 DE JUNHO – DEFINIDA MOBILIZAÇÃO NACIONAL CONTRA MP 568/2012.

FILIE-SE AO SIMEPI

O Sindicato dos Médicos está de portas abertas para receber você. Com a sua participação, o sindicato ganha força na luta em defesa da categoria. Preencha sua ficha de inscrição na sede do SIMEPI ou pelo site www.simepi.org.br

SERVIÇOS OFERECIDOS PELO SIMEPI

- Assessoria Jurídica
- Assessoria de Imprensa
- Assessoria Contábil
- Convênio com Seguradora de Vida
- Convênio com a UNIMED - Plano de Saúde
- Convênio com Lavanderias

SERVIÇOS CONTÁBEIS

Para os associados a Assessoria Contábil do SIMEPI presta os seguintes serviços:

- Abertura de empresas;
- Escrituração contábil, fiscal e setor pessoal;
- Elaboração do livro caixa;
- Elaboração da declaração de imposto de renda;
- Orientação e emissão das contribuições e tributos.

A Assessoria Contábil do SIMEPI faz um acompanhamento personalizado, pois dispõe de um profissional exclusivo em sua sede, pronto para lhe atender.

